



**NO EXTRAMUROS E NO INTRAMUROS COM AS CRIANÇAS:  
UMA ABORDAGEM ÉTICO-METODOLÓGICA NO ESTUDO DA INFÂNCIA**

***Innerwalls and outterwalls with children:  
an ethical-methodological approach in the study of childhood***

Núbia Guedes de Barros Ferreira  
Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: [nubiaguedes1972@gmail.com](mailto:nubiaguedes1972@gmail.com)

Christina Gladys M. Nogueira  
Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: [c.g.nogueira@gmail.com](mailto:c.g.nogueira@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v.2, n.13, p. 164-191, jul./dez. 2021

ISSN 2447-9837

### **RESUMO:**

O artigo propõe discorrer sobre aspectos ético-metodológicos de estudos realizados com crianças em uma análise que emerge de campos distintos, uma comunidade em conflito socioespacial em Recife (PE) e uma prisão feminina de uma cidade nordestina de grande porte. Debruçamo-nos sobre a escolha de recursos metodológicos utilizados nesses trabalhos a partir das especificidades de cada campo. Nessa propositura, enunciaremos o desenho e a fotografia, consubstanciando-os às razões do (não) uso em observância às questões éticas. Pontuaremos as técnicas comuns utilizadas nessas análises microssociais e suas ressignificações realizadas pelas crianças em agenciamentos e afecções. Evocaremos os fenômenos sociais a partir da percepção da criança, da valorização de sua fala. O trabalho de campo na comunidade recifense aponta a participação política das crianças sobre a emblemática do processo de desocupação experienciado. Na prisão feminina, emerge a criança como ator social que promove a humanização da pena de suas mães em meio à produção de vida que se dá pelos afetos por meio de dádivas.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Ética. Desenho. Fotografia. Criança.

### **ABSTRACT:**

The article proposes to discuss ethical-methodological aspects of studies carried out with children in an analysis that emerges from different fields, a community in socio-spatial conflict in Recife-PE and a female prison in a large northeastern city. The choice of methodological resources used in these works will be based on the specificities of each field accordingly. In this proposal, we will enunciate the drawing and the photograph, substantiating them with the reasons for (non) use in compliance with ethical issues. We will point out the common techniques used in these microsocial analysis and their resignifications carried out by children in agencies and affections. We will evoke the social phenomena from the child's perception, from the appreciation of its speech. The fieldwork in the Recife community points to the political participation of children on the emblematic process of experienced dispossession. In the female prison, the child emerges as a social actor that promotes the humanization of their mothers' sentence in the midst of the production of life that happens through given affection.

### **KEYWORDS:**

Ethics. Drawing. Photography. Child.



## INTRODUÇÃO

O artigo tem a propositura de discorrer sobre os aspectos ético-metodológicos em trabalhos antropológicos realizados com crianças em campos diversos. Debruçamo-nos sobre as questões éticas concernentes ao uso de imagem e nomes reais dos sujeitos de pesquisa, mas também sobre o uso do desenho enquanto ferramenta metodológica na pesquisa etnográfica realizada com crianças e mães aprisionadas em um presídio feminino de uma capital da região nordestina e em um estudo de campo com crianças em uma comunidade em processo de desocupação situada na cidade de Recife (PE).

Nesse contexto de campos diversos analisados, buscaremos identificar correlações ou distanciamentos sobre os aspectos observados nos campos referidos no tocante ao (não) uso de recursos metodológicos sobre as argumentações éticas que circundam os sujeitos de pesquisa. Enfatizaremos a técnica do desenho, ferramenta comum utilizada pelas autoras nesses distintos universos em busca de diferentes fenômenos sociais. Evocaremos a realidade social a partir do desenho, pois, através dessa técnica podemos realizar inferências daquilo “[...] que as crianças não podem falar” (SOUSA, 2015).

Abordaremos sobre o (não) uso de nomes reais e imagens dos interlocutores da pesquisa, em especial, a criança. Evidenciaremos esse aspecto a partir das técnicas comuns utilizadas, em especial, o desenho, nesses estudos microsociais (BARTH, 1992). Realizaremos o levantamento de alguns dados etnográficos no que concerne ao estudo realizado na prisão feminina; também evocaremos a análise dos fenômenos sociais sob o olhar da criança e dos atores sociais envolvidos na pesquisa. As ideias suscitadas a partir do desenho na comunidade recifense e na prisão feminina da região Nordeste exemplificam a ideia trazida por Martins (1991) quando aduz que as crianças são portadoras de crítica social. As crianças têm capacidade de leitura do mundo; elas precisam ser ouvidas para a compreensão do contexto social em que se encontram imersas.

Os diferentes campos de pesquisa serão trazidos pelas autoras através das problematizações em torno da ética metodológica observada na realização dos tra-



balhos. Na comunidade, as crianças se tornam mais livres nos usos das ferramentas, são conhecedoras do espaço, conduzem a pesquisa com a pesquisadora. Na prisão, por se tratar de uma instituição total (GOFFMAN, 2014), os materiais utilizados são de uso mais restrito, e a vigilância sobre os corpos reflete sobre a escolha dos recursos observados na pesquisa.

O artigo foi construído em seções que se organizam, primeiramente, a partir do campo na prisão. Em seguida a essa primeira reflexão, tratar-se-á do espaço urbano em processo de desocupação. Em uma organização sequencial e segmentada, abordaremos os trabalhos com crianças nesses campos diversos.

## **PENSANDO A ÉTICA DE PESQUISA EM UMA PRISÃO**

“Pode colocar o nome dele [bebê] eu não ligo”, disse Ariane, mulher negra de 23 anos (in GUEDES, 2020, p. 57). Essa citação conduz mais do que a forma de expressão da maioria dos participantes da pesquisa: conduz aos sentimentos. Durante a etnografia, foi observado o quanto as mães (presas) expressavam o orgulho na participação da pesquisa, principalmente, das crianças. A percepção de que aquelas mulheres que cumpriam pena ou aguardavam julgamento em regime fechado (a maioria considerável pelo crime de tráfico de drogas) queriam seus nomes expressos na pesquisa foi notória.

Antes de sua participação, porém, já era explicado de que não seriam utilizados seus nomes, suas imagens, por uma questão de ética da pesquisa e por respeito aos pesquisados – elas (as mulheres presidiárias) e suas crianças. Eu expunha isso de forma clara na comunicação, pontuando questões, pleiteando a compreensão, observando o nível do grau de instrução daquelas mulheres – tendo em vista que, a maioria delas, era pouco alfabetizada. No entanto, enfaticamente, elas diziam: “pode botar meu nome completo. Meu nome é [...]”, proferiam o nome e sobrenome, de forma completa (GUEDES, 2020, p. 57).

Sobre esse aspecto, entendemos que colocar os nomes na pesquisa consiste em uma forma de humanização, uma vez que a prisão assola as subjetividades e



causa a mortificação do eu (GOFFMAN, 2014). Assim, ter nome é produzir vida, pois o sistema prisional faz dos presos meras vida zoe – vida animal (AGAMBEN, 2010) –, sem nenhum traço de identidade. A farda que as mulheres são obrigadas a usar no dia de visita da família implica a racionalidade do sistema prisional em torná-las apenas prisioneiras. Ter nome é ter de volta seu status anterior.

O pesquisador deve fazer uma análise sobre o campo em que se encontra situado. Não obstante a autorização dessas mulheres aprisionadas, deve-se balizar as escolhas a partir do contexto espacial em que se etnografa. Deve ser problematizado ainda que muitas dessas mulheres podem ser prejudicadas com suas falas constantes da pesquisa. Por mais que sejam libertas por alvarás – documento judicial que confere a liberdade –, muitas delas acabam retornando ao presídio. Por mais que o pesquisador ou a pesquisadora tivessem a garantia de que suas interlocutoras não retornariam a ser presas, não é de bom alvitre fazer menção a essas mulheres, sobretudo, às crianças. De maneira geral, deve-se proteger a imagem do preso, e assim, não o identificar, pois represálias são algo recorrente em prisões – fato que ficou bastante consubstanciado na pesquisa.

Ariane (nome fictício), mulher negra, de 23 anos de idade, era a mãe do único bebê que se encontrava na cela de aleitamento. O nome fictício deste, André, foi escolhido pela pesquisadora. Mas a escolha não foi aprovada. De forma espontânea, a mãe disse: “que nome feio!”. Nesse instante, emergiu um sorriso. Esse retrucar de Ariane levou à compreensão de que, após explicar as razões de uso de nomes fictícios na pesquisa, poderia a pesquisadora dar-lhes oportunidade, às interlocutoras, aos sujeitos de pesquisa, indagando-os o seguinte: “Que nome você quer ter?”. Compreendemos, atualmente, que a escolha dos interlocutores sobre os seus possíveis pseudônimos seria mais uma das formas de valorizar a sua participação na pesquisa.

O sujeito social na pesquisa tem o poder de fala. Nesses trabalhos, não representamos as falas enquanto pesquisadoras, mas oportunizamos ecoarem suas vozes sufocadas, sobretudo, daqueles atores sociais imbricados com a prisão. Nesse sentido, a pesquisa reflete o canal de expressão de angústias desses sujeitos, de seus sentimentos, de sua dor, que são infligidos pelo sistema prisional. Os presos são suprimidos de suas subjetividades, o sistema prisional promove a mortificação do eu



(GOFFMAN, 2014), constroem-se os corpos abjetos, matáveis (BUTLER, 2011) como “corpos sem sentimentos”, sem afetos, corpos apenas para a expressão da dor como forma de castigo (GUEDES, 2020); constroem-se vidas zoe (AGAMBEN, 2010).

A prisão representa um espaço de autorreflexão para o pesquisador. Pensar, às vezes, em confronto com o que já teorizamos enquanto antropólogos. É necessário, nesse contexto, pensar sobre o lugar literalmente em que se encontra o outro; nesse caso específico, o lugar da prisão. Assim, compreender para além do lugar é refletir sobre a própria vida do preso, uma vida que está condicionada a um depósito humano. Embora, um dia, essa vida ultrapasse o portão central, o além da muralha, ela tende a retornar ao complexo penitenciário, não por questões de escolhas, mas pela falta de alternativas, pela exclusão social que constrói “o criminoso”, pela racionalidade do Estado acerca da não ressocialização. Ser ético em um trabalho em contexto prisional é defender vida, é defender a imagem de um bebê por mais que haja o consentimento de sua mãe, por mais que o Estado exponha sua imagem na internet sob o argumento de eventos ressocializadores.

Nesse momento, emerge, no pesquisador, não a hierarquia de vontade, mas a criticidade de problematizar essas vontades, alicerçadas sobre as razões seguintes: diante dele está uma mulher que está abaixo da linha de pobreza; o analfabetismo se lê fácil em seu vernáculo; seus dentes, bem como a ausência deles, delineiam sua condição social, um “matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2011); uma mulher que “está no osso” – sem calcinha – porque não tem sabão; que não recebe visita porque seu pai e seu companheiro não têm o dinheiro de passagem. Se esses fatores não foram ou não serão suficientes para decisões de alguns pesquisadores, eles foram observados na etnografia da prisão para alicerçar a decisão de não usar as imagens do bebê e de sua mãe que foram devidamente permitidas. A decisão, portanto, no trabalho naquele estabelecimento prisional – pesquisa que ainda se encontra em curso – foi de não usar os nomes dos sujeitos de pesquisa, uma vez que foi considerado o quanto são negativos o uso de seu nome e a relação de sua imagem com a prisão, por exemplo, para uma criança que não tem condições de decidir, como no caso de André.

Eles – mulher presa, crianças e avós maternas, a família –, que têm uma vida zoe (AGAMBEN, 2010), não exercem seus direitos de cidadãos porque não são ouvidos



e não têm nenhuma representatividade político-social. Nas prisões, os presos são apenas ouvidos por pesquisadores ou “ouvidos” por religiosos para uma ortopedia social (FOUCAULT, 2015), ou melhor, para serem cooptados às suas religiões para o controle social dos corpos.

A etnografia na prisão feminina fez considerar que deve ser primada a proteção aos nomes e às imagens dos sujeitos de pesquisa. Da mesma maneira, nessa etnografia, foi realizada a omissão da função dos agentes públicos, inclusive, para fins de não identificação, usando a qualificação da função mais comum daquele espaço, agente penitenciário (GUEDES, 2018), uma vez que a prisão consiste em um espaço de poder mesmo para seus servidores públicos. Eles são céticos, têm receios, pensam antes de suas falas, pois há um poder maior a que estão submetidos, o Estado. Sobre esse aspecto, a pesquisadora deve saber etnografar os discursos, consolidando-os com o lugar de fala e com a realidade fática. Deles, se extraem a racionalidade do Estado.

## **A PRISÃO SOB A PERSPECTIVA DAS FOTOGRAFIAS: POR UMA QUESTÃO ÉTICA**

No início da etnografia, havia a pré-configuração de uma prisão, no sentido da mácula da imagem das pessoas que estão implicadas; uma mancha pelo crime. Surgiu um estranhamento em relação à não oposição das avós maternas quando a pesquisadora pedia para tirar fotos das crianças. Elas diziam “podem tirar!” (in GUEDES, 2020). As fotos que retratavam a imagem das crianças não foram retiradas, a fim de compor parte da dissertação; era uma forma de ter uma recordação daquelas crianças. De início, é importante apontarmos que câmera e celulares não ingressavam no interior da prisão. Assim, as fotos foram requeridas ‘do lado de fora’, uma área arborizada em que as pessoas ficam esperando ingressar no presídio para a visita social. Esse lugar, em que os agentes penitenciários estacionam seus carros sob a sombra das árvores, foi e ainda é um recurso estratégico para a realização da pesquisa, sobretudo, após a pandemia.

Em um dos primeiros dias de campo, uma avó materna se encontrava ali com



uma menina de 6 e um menino de 4 anos de idade. Vieram visitar a mãe, que estava presa. Nesse dia, foi pedida à avó autorização para se tirar uma foto dos seus netos; também foi perguntado às crianças se queriam ter sua imagem registrada. Embora houvesse a prévia decisão de não usar a imagem das pessoas, fotos foram extraídas no campo como uma forma de afeto de quem geria a pesquisa.

Ao observar essas imagens, surgiu um estranhamento; e depois de uma análise da foto, evidenciou-se a origem daquele: as roupas das crianças. A forma de se vestir daquelas crianças era muito elegante, não é comum ao imaginário de uma prisão que crianças se vestissem daquela forma. Em campo, na secretaria de administração penitenciária desse estado, foi percebido que os agentes penitenciários, em algum momento, chegaram ao estranhamento sobre a forma de se vestir das crianças, dizendo que “pareciam que iam para shoppings” (GUEDES, 2018, p. 14.). Mas a elegância ultrapassava os shoppings; pareciam roupas de festa.

Na etnografia, o vestir das crianças foi observado como uma dádiva às mães (GUEDES, 2020), assim como apontado por Érica, menina negra, de 9 anos de idade. No instante em que foi elogiada por estar elegante, disse: “eu me visto assim para minha mãe” (GUEDES, 2020, p. 137). As dádivas surgem como dados de campo, dentre tantas, a forma de vestir da criança foi evidenciada através da fotografia, conforme revelado. O vestir consiste em uma das dádivas encontradas na interação da visita. As crianças que têm melhores condições financeiras, ou melhor, que não estão na forma mais crítica de pobreza, ofertam o dom do bem vestir; as mães, o contra-dom da maquiagem (GUEDES, 2020). Há, também, naquela prisão, crianças com roupas velhas, desgastadas, de cores desbotadas, mais curtas que seus corpos, a exemplo da calça de Erivaldo, menino negro de 12 anos, que cuida dos irmãos. Nesse sentido, o vestir, para além de dádiva, constitui um marcador social de nível de pobreza.

Por fim, o não uso de fotografias deu-se pelo campo se tratar de uma prisão. As questões sociais inerentes às pechas produzidas pelo crime foram problematizadas na pesquisa a fim de se observar a proteção dessas pessoas, interlocutoras, sujeitos de pesquisa, principalmente, em relação às crianças. Apesar de a pesquisa decidir em não utilizar imagem e nomes reais – escolha consubstanciada em argumento ético, sobretudo para intentar a proteção desses sujeitos –, o Estado – sistema

prisional – não contempla esse raciocínio com os seus custodiados, pois o desgaste e o desrespeito objetivam a desumanização.

Em relação à imagem exposta de mulheres e crianças, emerge à reflexão um evento ocorrido no presídio, a comemoração do Dia das Mães em maio de 2019. O evento narrado por Ariane, mulher negra, de 23 anos, trata-se de um ensaio fotográfico com mães grávidas e com bebês que estavam aprisionados, exposto pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado na Internet. Para a ocasião, foram maquiadas e vestidas com roupas lindas, em uma pompa que sugeria pertencerem a uma classe diversa da que faziam parte. O bebê André, dentro de uma carrocinha em um cenário lúdico montado trouxe alegria para sua mãe, Ariane, motivada pela participação no ensaio, mas ainda na esperança de ter um álbum de fotografias de seu filho (GUEDES, 2020).

De um lado, a teatralização do Estado, em meio àquele espetáculo de “ressocialização”; por outro, a indignação da mãe do bebê, pelo não retorno da dádiva por parte da direção da prisão. Ariane quis, em troca da realização do ensaio fotográfico junto com seu bebê e de toda essa exposição que se encontra na internet, ter um álbum de fotografias de seu filho. No entanto, em retorno, a direção quis lhe dar um *pen drive* com o ensaio fotográfico. Ariane, ao me relatar, não soube dizer o nome desse objeto. Ela não lê, não escreve; faltam-lhe os dentes frontais; não usa calcinha; diz estar “no osso porque não tem sabão”; não usa roupa íntima, porque não tem material higiênico nem sequer pessoal. Essa jovem está visivelmente abaixo da linha de pobreza; foi presa na maternidade no momento de parir a criança que agora estava em seus braços naquela cela insalubre – ambiente que “deixa o menino um pigmentão”, lugar em “que a barata estava no pé do menino”; bebe e dá água quente da torneira para seu bebê. Ariane não é visitada pelo companheiro e pelo pai de 70 anos porque ambos não têm dinheiro para passagem. Todas essas constatações conduzem à reflexão sobre o significado do *pen drive* na vida dessa mulher negra aprisionada. Como usará um *pen drive* se lhe falta até sabão? E, para finalizar, sem álbum, nem *pen drive*, Ariane não teve o contra-dom do Estado; apenas restou-lhe o sentimento de revolta.





Imagens 1 e 2 – Cella de gestantes e lactantes. Berço e cama de mãe. Calor causticante. Ar-condicionado não utilizado, necessidade de janelas. Ambiente recentemente pintado. Havia escritos de mulheres, desejos, recados para amores e filhos, pedidos de perdão a Deus, saudades de filhos, mensagens para crianças que morreram. Fonte: Arquivo da pesquisadora, GUEDES, 2018.

O sistema prisional na humanização maquiada através da falsa dádiva revela a sua racionalidade, que se reveste por baixo do véu dessas práticas estatais: a dor e a hostilidade. A ressocialização consiste em uma razão formal, mas suas práticas burocráticas demonstram a racionalidade do Estado: a hostilidade, o castigo, o sofrer, a mortificação do eu (GOFFMAN, 2014). Sobre o uso da imagem das pessoas, da criança pelo sistema prisional, Ariane revela: “só fizeram essas fotos por causa dos Direitos Humanos que veio aqui, porque a gente estava dormindo no chão sem colchão e sem lençol” (in GUEDES, 2020, p. 56).

Nesse contexto, a escolha sobre a questão de não usar fotos de pessoas, bem como seus nomes reais, se respalda na proteção de um tempo presente e de um futuro. Ao exporem seus corpos e identificarem-se – principalmente a criança –, aquelas pessoas se tornam mais vulneráveis. Sobre as imagens desses atores sociais expostas na Internet pelo Estado, compreendo que, apesar de autorizadas pelos adultos e legitimadas através da formalidade de um aceite documentado, nem tudo que é legítimo e formal é ético nessa propositura. Sobre esse aspecto, podemos refletir que nem tudo que está nos moldes legais deve ser justo aos sujeitos de pesquisa, em especial, às crianças.

Sobre a exposição das imagens daquelas mulheres grávidas presas, de Ariane e seu filho de seis meses, o Estado está inteiramente acobertado por lei, uma vez que

os adultos consentiram formalmente com a projeção da imagem na internet. E André, será que poderá ser um dia segregado por essa imagem na Internet? Ariane, que mal escreve o nome, tem condições de saber o que pode vir a ser um dano à imagem? As raras pessoas presas nesse país têm imagens veiculadas? Qual é o papel da pesquisadora nesse sentido? A pesquisadora está em posição de decidir, haja vista que, teoricamente, tem condições intelectivas para tal? Na pesquisa em prisão, entendemos que imagens devem ser preservadas, sobretudo, de crianças. A autorização formal não basta; resta-nos a consciência na defesa dos sujeitos de pesquisa.

Na prisão, as dádivas do sistema prisional são “[...] sem lençol e sem colchão” (GUEDES, 2020, p.57). Por trás do uso das imagens dessas pessoas no ensaio, há uma racionalidade: apresentar uma humanização não existente.

## **A ÉTICA SOB A PERSPECTIVA DO USO DE NOMES: CRIANÇAS DE COMUNIDADE**

Refletir sobre a forma como se dão as apropriações e os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos espaços urbanos é de extrema importância para compreender a vida nos espaços das cidades. É importante considerar que o contexto espacial de uma sociedade está relacionado à sua história, seu desenvolvimento econômico e social, relações políticas, entre outros (AGIER, 2015).

O processo de desocupação iniciado na comunidade pesquisada está consolidado em intentos mercadológicos que propiciam a expulsão dos moradores locais. As crianças da comunidade revelaram, por meio de suas caminhadas, ao longo do trabalho, os fenômenos sociais envolvidos às transformações naquele espaço urbano, na “higienização” local, na transformação de um espaço revitalizado que invade a comunidade, mas ainda no sentimento de pertença.

Em relação à questão do uso de pseudônimos, foram utilizadas por ideias que partiram das próprias crianças, em uma espécie de brincadeira. Elas pareciam atores em um programa de TV, enquanto seguravam a câmera e guiavam o trabalho, na exploração daqueles espaços vivenciados no cotidiano. Assim, de forma espontânea e por iniciativa própria, elas passaram a querer ser identificadas por nomes de suas

escolhas, de seus gostos. No que tange à questão de ordem ética, nesse caso bastou-nos ouvir as crianças e respeitar suas escolhas.

Em relação à identificação com seus nomes reais, não havia nenhum problema de ordem maior que se apresentasse como obstáculo. Por questões de respeito a esses sujeitos de pesquisa, eles foram indagados sobre se queriam participar do trabalho. Primeiramente, foram apresentadas as razões da presença da pesquisadora, sua pretensão em campo; em seguida, foram ouvidas as crianças sobre a participação na pesquisa, ocasião em que verbalizaram de forma positiva.

A pesquisadora deve estar atenta às questões que emergem em campo. No trabalho na comunidade, não houve a necessidade de serem usados nomes fictícios, embora emergissem conversas que poderiam comprometer a segurança das crianças. No entanto, não foram registradas falas sobre eventos omitidos, porque não eram condizentes com as diretrizes do trabalho. As crianças revelam os fenômenos e ações do cotidiano local, inclusive fatos que precisam ser sopesados se necessários para registro. O campo vai delineando as necessidades que refletem nas decisões das pesquisadoras sobre os aspectos relativos ao trabalho.

Ante o exposto, no que se refere à participação e ao uso dos nomes, conforme aqui apresentado, o desejo das próprias crianças na participação da pesquisa e suas sinalizações quanto à participação são fundamentais na perspectiva ética, mas também são pautados no respeito de suas escolhas.

## **IMAGEM, ESPAÇOS, CRIANÇAS: UMA PERSPECTIVA ÉTICA DE UM TRABALHO NA COMUNIDADE**

A pesquisa com crianças da comunidade recifense iniciou-se a partir do ingresso da pesquisadora no espaço institucional da biblioteca comunitária daquele local, momento em que surgiu a ideia de fazer um trabalho sobre a comunidade a partir do olhar da criança. Em seguida, foram cogitados os recursos metodológicos a serem utilizados. Emergiu, então, o uso de câmera fotográfica. Fazia parte da pré-configuração extrair as fotos da comunidade e catalogar espaços que farão parte de pretéritos, tendo em vista o processo de tentativa de desocupação em que se encontra



aquele lugar. As imagens perfazem um registro de um espaço-tempo, de lugar de pertença, da geografia que se transforma na atualidade para anseios mercadológicos – o grande cerne dos processos de conflitos sociais nos espaços urbanos.

A câmera foi um artigo intensamente apreciado pelas crianças no campo para a apreensão de imagens da comunidade. As crianças conduziam os passos naquele ambiente de que são conhecedoras – não apenas de sua geografia espacial, mas das interações entre os moradores da localidade, de fofocas, crimes, festas e fatos recorrentes. Nesse sentido, as crianças foram assim produtoras na revelação dos dados de campo.

O foco central das fotografias foram os espaços da comunidade que têm representatividade e que reúnem afetos. Nos momentos em que as crianças selecionavam os lugares a serem registrados, elas nos contavam sobre os moradores, as histórias locais e o processo de desocupação que estavam enfrentando.

Em campo, elas direcionavam o caminho, manuseavam a ferramenta metodológica e, nesses momentos, concomitantemente, revelavam os fenômenos da comunidade, sempre enfatizando a vontade de não saírem da comunidade. O sentimento de pertença sempre emergia das falas de Kailane, Rafaela, meninas de 9 anos de idade, nascidas e criadas na comunidade. O sentimento e o afeto com o lugar eram manifestos nesse sentido: “[...] tia, eu não quero sair daqui” (Rafaela, 9 anos, setembro de 2019).

Conforme dito, as imagens são escolhas das crianças; são os lugares observados como importantes na comunidade, mas sobretudo, relevantes através do seu olhar. Rayande, menina de 10 anos, nascida e criada na comunidade, conduz a espaços diversos, a exemplo do lugar em que emergem imagens de problemas de infraestrutura, a exemplo de esgoto a céu aberto.

A forma como as crianças conduziram o trabalho, a partir da valorização de suas escolhas e suas falas, conduz à questão ética do trabalho. Mas, ainda, infere-se que as crianças compreendem naquele interior os lugares que têm representação político-social à comunidade ou que representam um problema de ordem social, a exemplo da falta de saneamento básico. As crianças têm capacidade de leitura de seu mundo. Elas precisam ser ouvidas!





Imagem 3 – Registro produzido por Rayane, menina negra de 10 anos. Fonte: Arquivos de Nogueira, set. 2019.

Nesse registro (Imagem 3), a menina Rayane enquadra os problemas enfrentados pelos moradores nos períodos em que o córrego transborda. Também estão presentes os problemas relativos à falta de tratamento de água e ao mau cheiro do local, mostrando a que ponto seria importante para as crianças um local limpo para brincarem.



Imagem 4 - Registro feito por Renan, menino negro, 8 anos. Fonte: Arquivos de Nogueira, set. 2019.

No registro acima, Renan comentou sobre ser essa a rua mais utilizada para andarem de bicicleta. Disse ele que, desse local, é possível visualizar os prédios “dos ricos”, que ficam ao lado da comunidade. A imagem delinea um conflito de classe, que se escancara no processo de segregação espacial. A comunidade começa a se estreitar, para dar lugar aos arranha céus.



Imagem 5 - Registro feito por Ana Clara, menina branca, 11 anos. Fonte: Arquivos de Nogueira, set. 2019.

No registro acima, Ana Clara revela ser esse o local em que funcionava uma creche frequentada pelas crianças. Atualmente, a creche está localizada na rua principal da comunidade e assumiu uma nova configuração, com melhor estrutura – revelaram as crianças.

Os registros acima permitem exemplificar o potencial de enunciação de um território produzido pelas crianças ao elegerem os locais fotografados. Essas escolhas e as conversas realizadas durante o percurso nos permitem compreender sobre seus interesses/desejos e pertencimentos ao local. Mas também conduzem-nos à percepção da capacidade de leitura que têm as crianças sobre os problemas socioespaciais segregacionais em que se encontram imersas. “Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território [...]. A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (SANTOS, 1993).

## O DESENHO PARA ALÉM DO MÉTODO: DAS DIFERENÇAS ESPACIAIS À ANÁLISE DOS FENÔMENOS SOCIAIS PELAS CRIANÇAS

### O DESENHO: EM UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DE UMA PRISÃO FEMININA

O desenho surge na etnografia como uma estratégia de estreitamento entre pesquisadora e pesquisados. Sobressai-se também como forma de análise das realidades sociais vivenciadas pelas crianças. Assim, como aponta a antropóloga Flávia Pires, “[...] com os desenhos à mão, é possível direcionar o olhar para a realidade de acordo com os tópicos levantados pela população estudada” (PIRES, 2007, p. 12). Na prisão, os desenhos surgem como “[...] mapas de intensidade, de densidade, que dizem respeito ao que preenche o espaço, ao que subtende o trajeto” (DELEUZE; GUATTARI, 1999, p. 76).

Cauã, menino de 9 anos, filho de Jaciara, mulher negra, 31 anos, presa por tráfico de drogas, foi a única criança que se negara a participar das interações ligadas aos jogos e às atividades que desenvolvemos na sala de aula. Embora fosse perceptível a sua aceitação em relação à pesquisadora, às vezes, ele fechava os olhos e fingia dormir quando ela se direcionava a ele. Nesse instante, a boca denunciava sua invenção sobre o dormir, pois forçava para não rir.

Após esse evento, surgiu a ideia de utilizar o desenho (GUEDES, 2020) como uma estratégia para motivar crianças às atividades desenvolvidas. O resultado foi positivo, pois a criança que era resistente a sair da área de visita não mais resistiu a frequentar a sala de aula. Esse espaço era destinado às mulheres presas, mas, aos domingos, era ressignificado pelas crianças, dando-lhe um ar lúdico. Embora, em toda duração da pesquisa, Cauã não tenha desenhado propriamente nada, ele se interessava pelas revistas de colorir. Dessa forma, o desenho proporcionara a entrada de outros elementos, tais como essas mencionadas revistas, jogos e brinquedos – mas ainda brincadeiras sugeridas pelas crianças.

A introdução do desenho mudou todo o cenário do dia de domingo na prisão, dia de visita da família. A sala de aula passou a ser o espaço de maior interação com as crianças. Os desenhos revelaram fenômenos sociais, espaços em que as crianças estão imersas, em que residem, sonhos, angústias, medos. A princípio, lhes foi reque-



rido que desenhassem os sonhos de vida; depois, aquilo que queriam encontrar na prisão; e por fim, as crianças foram deixadas livres para desenhar o que quisessem.



Imagem 6 - Desenho do sonho de vida de Everaldo, menino negro de 12 anos. Fonte: GUEDES, 2020, p. 180

Na explicação da criança: “uma casa, minha família, meu cachorro e a casa do cachorro”, diz Everaldo, 12 anos (GUEDES, 2020, p.180). A imagem mais saliente dos desenhos das crianças se dá sobre a casa, a mãe, a família e o animal de estimação. A mãe e a casa consistem em uma imagem percebida pela pesquisadora como relacionada à liberdade da mãe, o retorno da normalidade da família, a mãe em casa – o sonho da criança (GUEDES, 2020, p. 29).

Através do desenho, foi verificada a violência da comunidade em que vive João, menino de 10 anos, que desenha uma comunidade envolvida na criminalidade em confronto com a polícia. Emilene de Sousa (2015) aponta que os desenhos das crianças conduzem às representações dos espaços e às formas como se relacionam com eles. Sobre essa ótica, as crianças do presídio feminino conduziram aos espaços cotidianos, sobretudo remetendo-se à falta da mãe no lar.

O desenho também consolidou o bom encontro, aquele que aumenta a capacidade de potência (SPINOSA, 2005, [1676]), podendo ser observado na fala de Antônio, menino de 4 anos, ao dizer: “[...] eu gosto daqui [a prisão] porque vejo minha mãe, também, porque, aqui, tem pessoas, porque eu brinco” (in GUEDES, 2020, p. 104).



Imagem 7 - Desenho de menino de 11 anos durante a oficina de expressão do trabalho: sonho da criança. Fonte: GUEDES, 2020, p. 182.

Sobre os dados expressos no desenho oriundos da etnografia, foi percebido que as crianças, filhas das presidiárias, têm o trabalho como sonho de vida. Foram esses os desenhos mais recorrentes depois daqueles que expressam a família.

O amor à avó também assume expressividade. A avó materna constitui a figura central dessa família matrifocal, no exercício da maternidade compartilhada (GUEDES, 2020), “aquela que confunde mãe com vó; vó com mãe” (in GUEDES, 2020, p. 51), que representa “o matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2011, p. 130), mas também que infere desejo, assim descrito na fala da criança: “[...] meu sonho é que minha avó nunca morresse” (GUEDES, 2020, p. 53).

Ainda, o sonho, desejo que consiste na dor e na angústia da falta da mãe devido à ausência no lar motivada pelo aprisionamento, está bem delineado na fala de José: “eu gosto quando ela está em casa porque ela fica perto de mim” (in GUEDES, 2020, p. 92). Nesses aspectos, o desenho representa afetos.

O desenho, na prisão, também fez a pesquisadora ser lida como a professora (GUEDES, 2020). Assim foi percebido na narrativa de Mariana, menina de 7 anos, repercutida por seu pai: “[...] pai, eu quero ver minha professora. Ela não vem, não?”. Por diversas vezes, a pesquisadora foi chamada de professora na sala de aula pelas crianças, mas também pelas famílias, dessa forma: “[...] leve professora, leve ele. Ele está precisando estudar!” (GUEDES, 2020, p. 28).

Na prisão, o desenho se iniciou como recurso metodológico, pois a pesquisadora levava para casa vários desenhos para compor seu trabalho. A partir deles, se revelaram fenômenos sociais, como a dor e a angústia das crianças pela ausência de suas mães em casa; o retorno à casa, a família feliz; mas também a ausência da figura paterna nesses desenhos, tendo em vista que são famílias matrifocais, cujos pais são ausentes, dado o “abandono, por serem presos ou porque foram assassinados” (GUEDES, 2020, p. 169). Avós maternas são confundidas como mães, como apresentaram os sujeitos de pesquisa, consubstanciando a maternidade compartilhada (GUEDES, 2020).

Mas o desenho foi transformado em dádiva, no momento em que uma criança, Antônio, menino de 4 anos de idade, pediu para que o seu desenho fosse levado para casa para ser dado ao seu avô materno. As demais crianças, ao perceberem que Antônio teve seu pleito realizado, pediram para que seus desenhos fossem doados às suas mães.

Desde esse evento, a pesquisadora parou de levar os desenhos consigo. Nesse dia, o fato de Antônio pedir o desenho para ser ofertado como dádiva provocou sentimentos e a compreensão de como, na prisão, tudo tem um valor de troca. O desenho era a materialização do amor, assumia uma leitura gestual de um “eu te amo”. Na prisão, no domingo, era dia de amar; amar sobre lençóis, amar em meio aos desenhos. Surge o entendimento de que a pesquisa não terá mais a riqueza material dos desenhos, mas as decisões não podem ser pautadas por intentos egoísticos do pesquisador. Entre a coleta de dados e o amor, o amor prevalecera. Na prisão, o amor da família é um dado etnográfico!

## **O DESENHO NA PRISÃO APÓS A PANDEMIA: A NÃO EXPRESSÃO SOBRE AS FOLHAS**

Retornamos ao campo em outubro de 2020, tempo já marcado pela pandemia causada pela Covid-19, que realizou grandes mudanças na pesquisa. A pandemia refletiu sobre o estudo na prisão por uma questão de biossegurança (FOUCAULT, 2015). As crianças pequenas e as pessoas de mais de 60 anos não visitavam as mulheres e



os homens presos de suas famílias nesse estado. Há crianças que não viam as mães desde março de 2020. A biossegurança refletiu no desenho, a técnica consideravelmente utilizada na pesquisa, que não tem mais um grande peso em seu uso atual. Ele também deixou de ser dádiva, pois o número de crianças diminuiu abruptamente, refletindo na ausência do desenho.

O desenho está implicado na presença da criança, mas ela quase não esteve na prisão por causa da proibição da visita ensejada pela pandemia. Algumas foram mais insistentes, como Antônio, menino de 9 anos de idade, que ficava “do lado de fora”, para a sorte ou a esperança de ver a mãe pelas “brechas”, o espaço que se dá na abertura do portão central. Embora tenha conhecimento da proibição, ele dizia: “[...] eu vou vir, vai ver que eu vejo” (Antônio, 9 anos, em 10 de outubro de 2020). Nesse dia em que tivemos contato, o menino foi embora triste com a frustração de seu desejo. Insistindo ao pai para ver a mãe, ele teve por resposta: “eu não sou o dono do presídio” (Carlos, 24 anos, em 10 de outubro de 2020).

O desenho, então, diminuiu consideravelmente, é ínfimo, proporcional ao número de criança que vêm ao presídio ficar aguardando suas avós maternas “do lado de fora”. A técnica se esvazia em número, as dádivas sucumbiram à pandemia. Diante disso, a pesquisadora passou a pedir às avós maternas para desenharem enquanto esperam o momento de ingressarem na prisão.

Sobre os desenhos dessas mulheres, um dado se configura em campo: o adulto tem vergonha de desenhar. Há uma resistência forte em desenhar, como se fosse um ato infantilizado. Deleuze (2017) aponta que as crianças sofrem uma infantilização que não é delas. Dessa mesma forma, observei o desenho como sendo um ato infantilizado por ser muito recorrente às crianças. A forma com que o adulto percebe a criança consiste uma espécie de “[...] eternidade de um mundo adulto profundamente infantil, que é preciso opor à hiperlucidez da criança em meditação solitária sobre o cosmos ou ao devir-criança da poesia, da música, da experiência mística” (GUATTARI, 2017, p. 98-99) – nesse caso, em especial, do desenho.

Sobre a expressão dos desenhos, algumas mulheres estavam tão consternadas com a intensidade da dor causada pela pandemia que não “tinham cabeça para desenhar”, mas, mesmo em lágrimas, Dona Marli, mãe de 46 anos, desenhou a casa



e a família assim como nas imagens expressas pela maior parte das crianças dessa etnografia. Nesse contexto, crianças e adultos direcionam os desenhos no mesmo sentido: afetos. Vejamos:

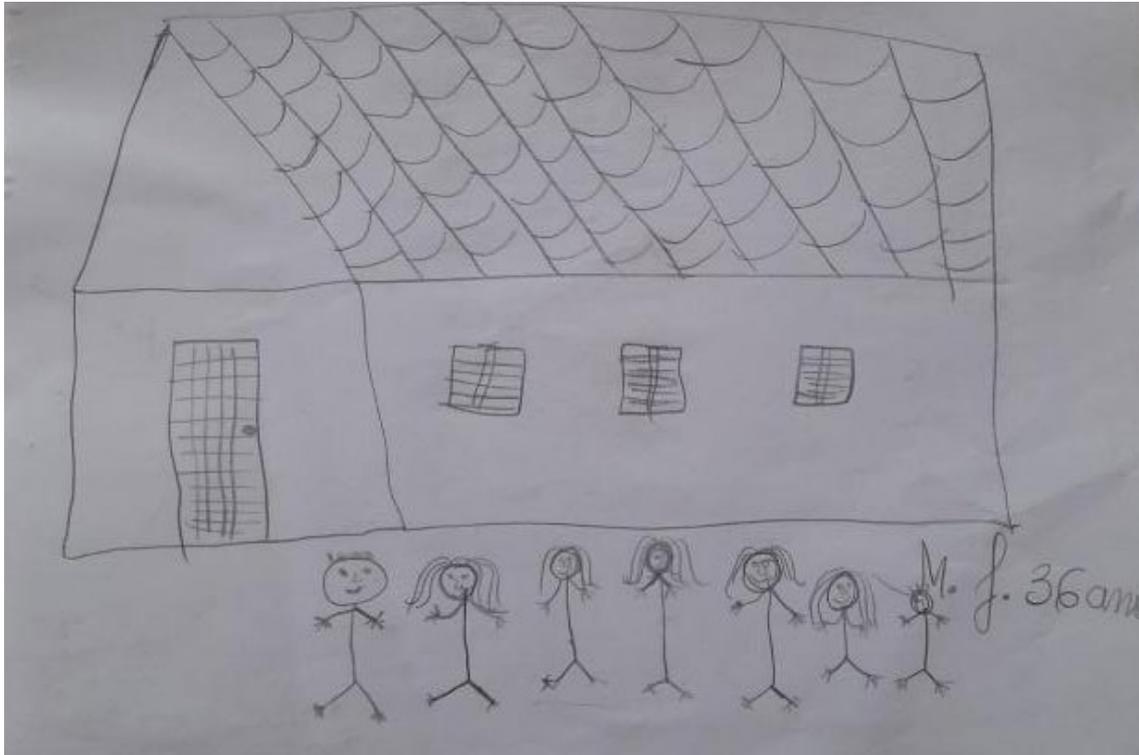


Imagem 8 - Desenho livre feito por Dona Marli, 36 anos, do lado de fora, após a visita da filha no dia de sábado, dia de visita da família na pandemia. Fonte: GUEDES, 2020, p. 179.

As iniciais foram grafadas de próprio punho pela mãe da prisioneira, a pedido da pesquisadora. Como dito, ficou evidenciado que adultos, em sua maior parte, não quiseram desenhar, e aqueles que desenharam não quiseram colorir seus desenhos, diferentemente das crianças. No entanto, observamos serem bastante convergentes as imagens desses atores sociais.

## O DESENHO SOB O REFLEXO DE DESOCUPAÇÃO: FAVELA OU COMUNIDADE?

O desenho surge na comunidade como uma ferramenta para propiciar o estreitamento entre pesquisador e pesquisadas. Foi-lhes requerido que desenhasse a comunidade. As crianças passaram a representar a geografia local.

O desenho consubstanciou o momento de as crianças apresentarem suas críticas, posicionamentos sobre o fenômeno de conflito socioespacial urbano que estão envoltas, mas também um momento de expressarem a indignação, angústia pelo medo de serem expulsas do lugar em que nasceram, foram criadas e residem. Esse ambiente de ancestralidade é atravessado de sentimento de pertença.

Nessa proposição, algumas daquelas crianças desenharam paisagens urbanas revelando espaços relativos ao lugar de morada, lugares de debates políticos, como a associação de antigos moradores da comunidade. O momento do desenho promoveu debates entre pares, concordâncias, abordagens divergentes sobre a forma de perceberem o espaço em que se situam. Os desenhos de Rayane e de Ana Clara contêm prédios, edifícios que não estão na realidade socioeconômica da comunidade, pois desenharam edifícios de luxo, estilo de morada de classe média, média alta. Tal expressão de desenho trouxe uma reação em Kaylane, que em voz alta, disse: “pode apagando esses prédios, o desenho é da comunidade! Esses prédios não são da comunidade!”. Esse momento de interação fez surgir o debate entre pares. Ao ter seu desenho criticado por não expressar a realidade da comunidade, Rayane retrucou veementemente: “não vou apagar, não importa se não é a comunidade. Eu desenho o que eu vejo e, daqui, dá pra ver os prédios”.

Os prédios a que faz referência não pertencem à comunidade, como apontado por Kaylane. Na realidade, os prédios compõem o bairro nobre que avança sobre a comunidade e que gera o processo indireto de expulsão, uma “higiene social” do ambiente. O debate surgido a partir dos desenhos sobre a imagem real do local promove a insurgência de outra criança, desta vez, Ana Clara, que dizia: “ela tem razão, pode desenhar o que a gente vê da comunidade, todo mundo vê os prédios, lá também é um pouco da comunidade, a mata chega até lá”.

Os contextos não são divergentes, as crianças, na realidade, expressaram as contradições do capitalismo; expressaram o processo de expulsão a que estão compelidas. Os prédios a que se referiam são duas grandes torres de um bairro nobre vizinho da comunidade, que contribuíram para a grande valorização da região, especulação imobiliária e movimento político para fins de retirada da população.



Os debates sobre a expressão do desenho tornaram-se acalorados. De forma sarcástica, Kaylane, se posiciona: “Isso não é a comunidade! Onde já se viu favela ter prédio? Favela tem barraco e rico tem prédio”.

Outras crianças entraram no debate para questionar se aquela comunidade é ou não uma favela. Na percepção de Rafaela, menina de 9 anos, os prédios expressos pelos desenhos não constituem a comunidade – embora a menina também tenha desenhado prédios. No que diz respeito à comunidade ser uma favela, ela expressou forte resistência. Sobre esse aspecto, ela requereu o posicionamento da pesquisadora: “tia, você acha que aqui é favela?”. Apesar da indagação, ela respondeu, em seguida, a própria pergunta, dizendo: “É não! As casas são de cimento. Na favela, os barracos ficam caindo”.

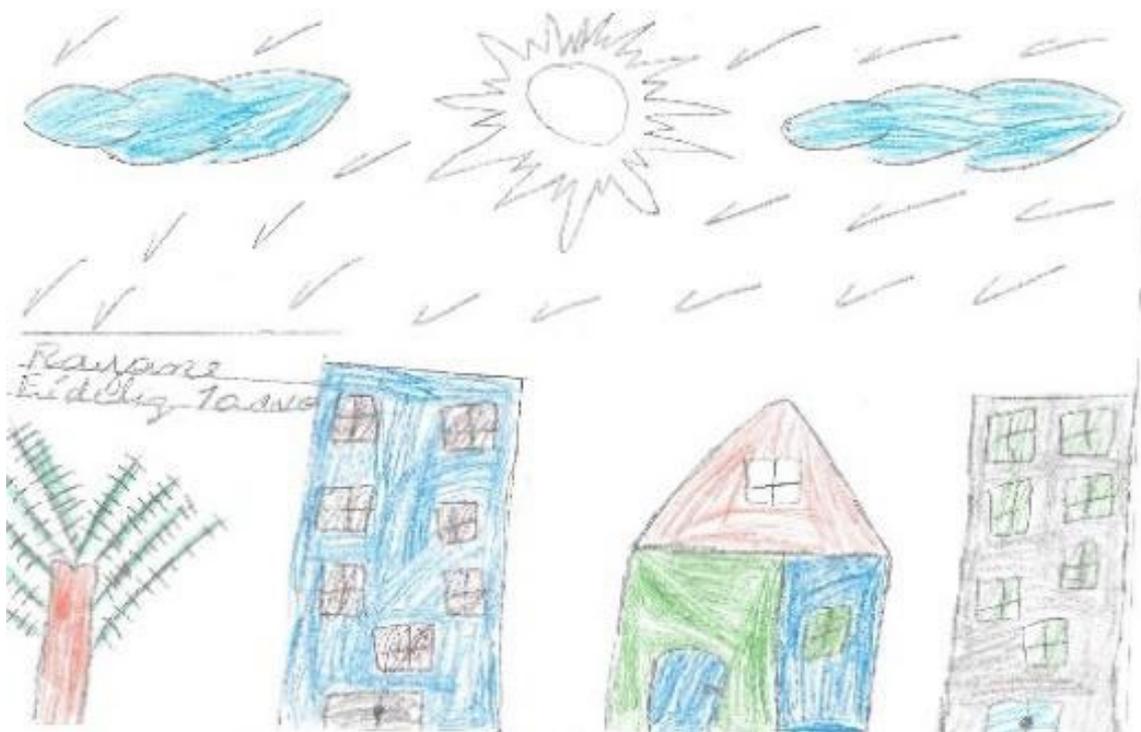


Imagem 9 - Desenho de Rayane, 10 anos. Fonte: Arquivos de Nogueira, out. 2019.



Imagem 10 – Desenho de Ana Clara, 11 anos. Fonte: Arquivos de Nogueira, out. 2019.

Conforme podemos observar nas ilustrações e falas advindas do debate, o desenho na comunidade promoveu questionamentos daquelas crianças sobre o espaço da cidade e a classe socioeconômica na materialidade dos prédios. Kuschir (2012) afirma que desenhar uma cidade não é apenas capturá-la no papel, mas também conhecê-la, senti-la, torná-la sua. É, também, nesse caso específico, desenhar seus anseios, suas angústias, pois o conflito socioespacial na comunidade traz a angústia da expulsão, da dúvida, da incerteza do sujeito urbano que é suprimido do seu sentimento de pertença em detrimento do sentimento de mercado: o lucro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discorreu sobre aspectos ético-metodológicos observados em pesquisas com crianças em campos distintos. Os dados e análises dos fenômenos constantes nesse trabalho emergiram de uma etnografia em um presídio feminino de uma cidade de grande porte da região Nordeste e de um trabalho de campo realizado

em uma comunidade recifense que atravessa um conflito socioespacial pelo sufocamento de construção de grandes edificações de luxo.

Embora sejam universos distintos, as ferramentas metodológicas utilizadas nos trabalhos se harmonizam na consolidação de uso comum, principalmente, no que se referem ao uso do desenho. Em relação ao uso da imagem das crianças e aos nomes reais das mesmas, houve um distanciamento em comparação aos campos trazidos para análise. Por se tratar de uma comunidade, de um espaço aberto, de conhecimento e vivência cotidiana das crianças, manusear câmera, extrair fotos de espaços que compõem a localidade e, concomitantemente, criar suas próprias imagens, não trouxe em campo nenhum receio de constrangimento ou insegurança às crianças.

Nesse ambiente, as crianças dominaram a câmera, guiaram os espaços explorados, direcionaram o trabalho, trazendo em toda a trajetória o sentimento de pertença em relação à comunidade. A ética observada no trabalho na comunidade deu-se ao ouvir a criança sobre a sua participação e ao valorizarem-se seus trajetos e suas escolhas, inclusive, ao tratá-las através de pseudônimos por elas escolhidos. Escutar a criança e requerer o aceite na pesquisa conduz o pesquisador à ética.

No que se refere ao uso da imagem e aos nomes reais dos sujeitos de pesquisa atrelados ao sistema prisional, por questões éticas, foi decidido o não uso desde o início da etnografia, tendo em vista a pré-configuração de campo. Há aspectos macrossociais que permeiam a prisão, tais como: o castigo, a represália, o medo ou as supressões de subjetividades. O estigma (GOFFMAN, 2014) produz a morte desses corpos já considerados abjetos (BUTLER, 2011) antes de seus aprisionamentos. A metodologia deve ser refletida em consonância com o campo de pesquisa: não é o pesquisador que a escolhe, é o campo que aponta as ferramentas metodológicas a ser utilizadas. O pesquisador deve, portanto, dialogar com o seu campo.

No tocante ao uso do desenho, este constituiu uma ferramenta exponencial nos trabalhos, no sentido de capturar fenômenos sociais, pois a criança revelou esses fenômenos na linguagem do desenho, demonstrando, portanto, a capacidade de leitura do mundo. As pessoas adultas infantilizam as crianças ou projetam a própria infantilização nesses atores sociais. “As crianças sofrem uma infantilização que não é sua” (DELEUZE, 2017). Na comunidade, o desenho suscitou um debate de classe



social a partir da expressão dos prédios; ainda, extraiu-se o processo de conflito socioespacial em que se encontra a comunidade.

Na prisão, o desenho evocou a matrifocalidade, a maternidade compartilhada (GUEDES, 2020, p. 51), a centralidade da avó materna como esteio moral, econômico e afetivo das famílias etnografadas, mas também delineou o sonho, como a liberdade da mãe, os desejos, as angústias, a dor, a vontade de ser trabalhador. E, sobre os desenhos realizados pelas mães das presidiárias, as avós maternas das crianças, que demonstraram um pouco de vergonha em desenhar, promovendo a percepção de um ato infantilizado, eles denotam o mesmo sentido dos desenhos das crianças. Sem haver traços distintos, pois, na prisão, os desenhos se atrelam aos afetos e à emoção mais relevante: a dor da saudade. Assim, crianças e mulheres mais que desenharam; expressam a família, materializam os afetos.



## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1995].
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (Compilação de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa, 1992, p. 167-186.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: Um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- GUEDES, Nubia B. F. **Maternidade Compartilhada e crianças encarceradas: etnografando O Dia De Domingo Em Um Presídio Feminino**. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- GUEDES, Nubia B. F. **Gestantes e crianças encarceradas: etnografando o dia da visita no presídio maria Julia Maranhão**. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- KUSCHNIR, Karina. Desenhando Cidades. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 295-314, dez. 2012.
- MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 225-270, 2007.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOUSA Emilene Leite de. 'Ô de casa': da entrada em campo. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 140-164, jan./jul. 2015.
- SPINOSA, Baruch de. **Pensamentos metafísicos**. Tratado da correção do intelecto.



Ética. São Paulo: Nova Cultura, 2005 [1667].

Recebido em: 15/07/2021

Aceito para publicação em: 03/02/2022

